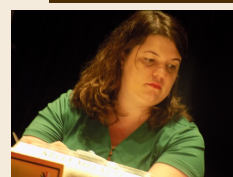




MARICLER
REAL

Assistente Social Judiciário aposentada. Ingressou no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 1979, e aposentou-se em 2014. Trabalhou nas Varas de Famílias do Fórum Central da Capital, Infância Central da Capital, Fórum Regional do Jabaquara, onde exerceu cargo de chefia; Vara Distrital de Águas de Lindoia e Fórum de Caraguatatuba. É Presidente da AASPTJ-SP.



KELLY
RODRIGUES
MELATTI

Assistente Social da Prefeitura de São Paulo e Presidente do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/SP - 9ª Região - Gestão "Ampliações: Trilhando A Luta Com Consciência De Classe" (2017-2020).



DÉBORA
MARIA
DA SILVA

Fundadora e Coordenadora Geral do Movimento Mães de Maio. Pernambucana, ativista dos direitos humanos, que denuncia e apura, de forma independente, casos de violência policial.



ANA PAULA
HACHICH
DE SOUZA

Especialista em Psicologia Clínica, Psicologia Jurídica, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Psicóloga no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lotada na Comarca de São Vicente.



MARIA
RAILDA
ALVES

Presidente da Associação dos Amigos e Familiares de Presos e Presas do Estado de São Paulo (AMPARAR). Luta desde a década de 90 contra a violação de direitos de familiares de detentas e detentos. Foto: Gabriela Fujita/Uol



JOSIANE
SOARES
SANTOS

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ). Presidente da atual gestão do CFESS (2017-2020)



Maricler Real

Assistente Social Judiciário aposentada. Fez parte da diretoria da APASP - Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo; do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo; Conselheira da ANAS- Associação Nacional dos Assistentes Sociais; Presidente da Diretoria Provisória da AASPTJ-SP; Vice-presidente da AASPTJ-SP (gestão 2005-2009) e representante junto ao Conselho. Foi Diretora da FESPESP-Federação de Entidades de Servidores Públicos do Estado de São Paulo, Diretora da ANSJ- Associação Nacional de Servidores do Judiciário e da FENASJ-Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário dos Estados e Distrito Federal e Presidente do Conselho Fiscal da SPPREV-São Paulo Previdência.

"As mulheres são suas próprias parceiras ideais para mudar o mundo, no local de trabalho, nos bairros, grupos de estudo...em todos os lugares"
Maricler Real

A desafio, hoje, ainda é para fazer o homem entender que que precisamos de igualdade em tudo, no trabalhos, nos cuidados com a casa, com a família e também na militância política. Sim, também na militância, já na década de 80 já tínhamos como questão a creche, tanto nos congressos técnicos, quanto nos congressos de trabalhadores. É preciso reconhecer que no processo de produção do trabalho, a mulher se dedica mais, mas ganha mesmo. Ela é responsável, inclusive, pelo produção do homem que é cuidado em casa, na sua vida familiar e, assim, segue carreira, galga postos de trabalho ancorado no trabalho da mulher.

RELAÇÃO POLÍTICA

As relações dentro de casa são relações políticas. A representatividade pode ser delineada nesse universo e daí ser transportada para todas as outras relações desenvolvidas na sociedade. O sistema educacional brasileiro não contempla a igualdade social e o que vemos é a necessidade de criar cotas para assento em transporte público, para fila de banco, para oportunidades nas universidades, para mulheres nos quadros legislativos, enfim....Na política, assistimos aos escândalos envolvendo verbas que deveriam ser destinadas à candidaturas femininas. A concentração da máquina partidária nas mãos de homens é entrave para aumentar

A LUTA É PELA IGUALDADE INTEGRAL

a representatividade das mulheres no Legislativo. A cota de mulheres nos quadros dos partidos é instrumento de justiça social. No raio-x do IBGE, o Brasil aparece como um país que ainda fecha portas para as mulheres.

O Brasil é o último país da América do Sul em presença feminina na Câmara dos Deputados. Elas ocupam apenas 54 (10,5%) das 513 cadeiras da Casa. O percentual relega o país à 152ª posição, entre 190 nações pesquisadas, no ranking mundial da participação das mulheres na política. Os dados foram divulgados na pesquisa "Estatísticas de gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil", divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1ª		Ruanda
2ª		Bolívia
3ª		Cuba
4ª		Nicarágua
5ª		Suécia
6ª		México
7ª		África do Sul
8ª		Finlândia
9ª		Senegal
10ª		Noruega
150ª		Burkina Faso
151ª		Djibouti
152ª		Brasil
153ª		Costa do Marfim
154ª		Nauru
180ª		Sri Lanka
181ª		Nigéria
182ª		Tailândia
183ª		Nepal
184ª		Kuwait
185ª		Líbano
186ª		Haiti
187ª		Ilhas Salomão
188ª		Oman
189ª		Papua Nova Guiné

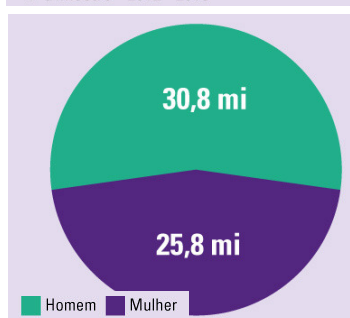
Fonte: Inter-Parliamentary Union (IPU) Dez/2017



Kelly Rodrigues Melatti

Kelly Rodrigues Melatti é Assistente Social Pela FMU/SP, Mestre e Doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica De São Paulo - PUC/SP. Sua Dissertação De Mestrado tem como título: "A Reprodução da Violência Doméstica e suas Interfaces com a Lógica da Dominação". Já atuou como Docente De Graduação em Serviço Social. Atualmente é Assistente Social da Prefeitura de São Paulo e Presidente do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS São Paulo - 9ª Região - Gestão "Ampliações: Trilhando a Luta Com Consciência de Classe" (2017-2020). Participa do Núcleo Trabalho e Profissão do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social - da PUC/SP sob Coordenação da professora Raquel Raichelis Degenszajn. Sua Área de Interesse é: Violência Doméstica, Criança e Adolescente, Assistência Social, Fundamentos do Serviço Social, Ética e Trabalho Profissional.

Mulher no mercado de trabalho
População ocupada de 25 a 49 anos
4º trimestre - 2012 - 2018



NA PRECARIZAÇÃO, A MULHER SOFRE O MAIOR IMPACTO

As múltiplas jornadas de trabalho da mulher ainda é uma característica importante para analisarmos o " pilar trabalho". Ainda que as mulheres tenham alcançado o universo público, as demandas que assolam o mundo privado ainda recaem sobre elas de maneira muito particular, ao passo que o mundo do trabalho acaba concorrendo com múltiplas tarefas assumidas pelas mulheres, culminando em uma sobrecarga imensa de tarefas, além de um esforço adicional para se manterem no mercado de trabalho e de avançarem na escolaridade e na qualificação profissional, diferente do homem que detém o espaço público há muito tempo e, historicamente, não possui como imposição social a tarefa do mundo privado.

PATRIARCADO ESTRUTURANTE

A diferença entre homens e mulheres nos cargos de chefia, a diferença salarial ainda existente e a proporção prevalente de mulheres com suas rendas consideradas como auxiliar são expressões do machismo, estruturante na sociedade de classe social, que se acentua ainda mais quando pormenorizada nos aspectos de raça/etnia. Com isso, queremos dizer que esses dados de pesquisa não são aleatórios, eles revelam a condição das mulheres trabalhadoras nos processos de exploração do trabalho no modo de produção capitalista.

Aparecem na desigualdade dos cargos de chefia, dos níveis salariais e, também, aparecem no subemprego, no trabalho intermitente, nos índices de desemprego e nas mais perversas e precárias formas de inserção no mercado de trabalho. É necessário nos debruçarmos sobre essas análises, de modo que possamos refletir o quanto e em que medida o trabalho da mulher sustenta a reprodução da exploração capitalista.

PERVERSIDADE EDUCACIONAL

No âmbito da Educação, o nível de escolarização brasileiro, a partir de vários tratados e vários indicadores internacionais precisou se ampliar nas ultimas décadas, elevando o número de pessoas com nível superior. No entanto, essa abertura do país para maior acesso à educação em nada (ou com raríssimas exceções) significou avanço com relação à qualidade da formação oferecida. Às mulheres, depois dos 40 anos, com filhos e residentes de periferia das regiões urbanas, por exemplo, são um público importante para o cenário da Educação à Distância – EaD, que, hoje, se apresenta não como a única mas, como a mais perversa forma de precarização da formação profissional em várias áreas, sobretudo na área de humanas e saúde. Num outro extremo, se pensarmos na política de educação infantil que ofereça condições da mulher contar com serviços públicos para deixar seus/as filhos/as, é outro nó.

Nas periferias dos grandes centros, por exemplo, a ausência de vaga em creche impacta, sobremaneira, na forma e nas relações de trabalho da mulher. Por exemplo, o trabalho intermitente, o trabalho em casa vão se tornando, perversamente, alternativas à vida cotidiana, porque as mulheres pouco (ou nada) podem contar com as políticas sociais à infância / educação, etc. Outro cenário que agudiza-se para a mulher é a responsabilização por inúmeras tarefas do ambiente privado. Mais uma expressão do machismo, estruturante da sociedade de classes, que ganha patamares muito mais expressivos quando associados ao recorte de raça/etnia. Os pilares da desigualdade se dão por questões de classe social, gênero/sexo e raça/etnia, de modo que esses pilares, como estruturantes da sociedade de classes, se articulam entre si nos aspectos de exploração e opressão. Dessa forma, as expressões de racismo se evidenciam na vida de mulheres negras de maneira muito mais evidenciada, uma vez que inter cruzam os aspectos de gênero/sexo e raça/etnia. As pesquisas indicam que, numa pirâmide social, temos o homem branco, a mulher branca, o homem negro e, por último, a mulher negra. É por esse motivo que a luta antirracista

precisa ser compromisso e imperativo ético de toda a militância do campo esquerda, não havendo concessão para reprodução de lógicas e pensamentos coloniais, No aspecto da política, Não é possível deixarmos de citar a execução covarde e, ainda, sem respostas da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco em 2018. Emblematicamente, uma mulher, negra, lésbica desafiou a hegemonia colonial e autoritária ainda presente no cenário político brasileiro, logo, seu assassinato revelou o ódio de classe daqueles que não abrem (e não abrirão) mão de seus privilégios. As lutas sociais, o movimento do "Ele Não" por ocasião das eleições 2018 revelam que as mulheres são de luta e de resistência e, ainda que tentem, NINGUÉM voltará para o tanque, para a senzala ou para o armário.

"A resistência é urgente, viva na força de luta de cada sujeito que, coletivamente, se coloca na contra o machismo, da lgbtfobia, do racismo e do ódio de classe", Kelly Melatti

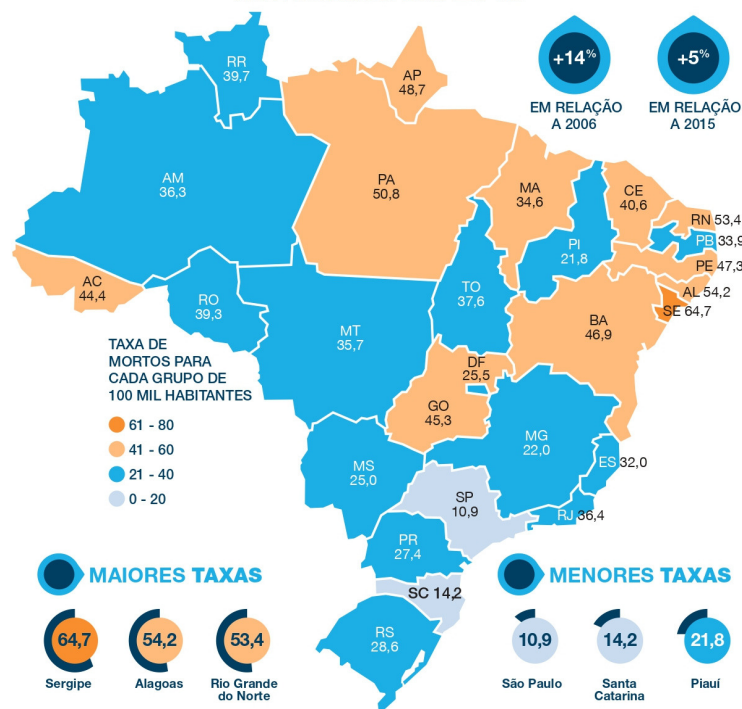
Atlas da Violência 2018



ATLAS DA
VIOLÊNCIA



62.517
homicídios em 2016



ARMA DE FOGO



71,1% DOS HOMICÍDIOS FORAM PRATICADOS COM ARMA DE FOGO

JUVENTUDE PERDIDA



33.590 JOVENS FORAM ASSASSINADOS NO PAÍS EM 2016

65,5

Taxa de homicídio de jovens por 100 mil jovens no Brasil em 2016

+7,4%

EM RELAÇÃO A 2015

PIORES CENÁRIOS



O PESO DA DESIGUALDADE RACIAL



Taxa de homicídio de negros

40,2



Taxa de homicídio de não negros

16,0

DE 2006 A 2016...



EM 2016 A TAXA DE HOMICÍDIO DE NEGROS EQUIVALE A 2,5 VEZES A DE NÃO NEGROS



A taxa de homicídio de negros cresceu 23,1%



A taxa entre os não negros teve redução de 6,8%

GÊNERO, RAÇA E VIOLÊNCIA LETAL

(Taxas de homicídio para cada grupo de 100 mil mulheres de cada segmento)



Mulheres = 4,5



Mulheres negras = 5,3



Mulheres não negras = 3,1

Em 10 anos, a taxa de homicídio de mulheres negras aumentou 15,4%;

Entre mulheres não negras houve queda de 8%

ESTUPROS

Registros no sistema de saúde

22.918

Registros policiais

49.497

IDADE DAS VÍTIMAS

50,9% = Crianças (até 13 anos)
17,0% = Adolescentes (14 a 17 anos)
32,1% = Acima de 18 anos

QUEM É O AGRESSOR?

30% dos casos de estupro contra crianças são perpetrados por familiares próximos como pais, irmãos e padrastos

46,1% das pessoas adultas foram vítimas de pessoas conhecidas



Josiane Soares Santos

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (1996), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e doutorado em Serviço Social também pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). Ex- Presidente do CRESS em Sergipe (1999-2002); Na vice-presidência regional (Nordeste), compôs a gestão 2014/2017 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e preside a atual gestão desta entidade (2017-2020). ao Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM/UFS).

As estatísticas de cor ou raça produzidas pelo IBGE mostram que o Brasil ainda está muito longe de se tornar uma democracia racial.

Taxa de analfabetismo em 2016

PNAD CONTÍNUA 2016

Branços	4,2%
Pretos ou pardos	9,9%

Em 2016, 1.835 crianças de 5 a 7 anos trabalhavam

PNAD CONTÍNUA 2016

Branços	35,8%
Pretos ou pardos	63,8%

Rendimento médio de todos os trabalhos

PNAD CONTÍNUA 2017

Branços	R\$ 2814
Pardos	R\$ 1606
Pretos	R\$ 1570

Taxa de desocupação

PNAD CONTÍNUA - 4º TR 2017

Branços	9,5%
Pardos	14,5%
Pretos	13,6%

RACISMO REPRODUZ A DESIGUALDADE SOCIAL

A organização patriarcal e machista da sociedade é um elemento estruturante que mantém mulheres em postos de trabalho subordinados aos homens. Como cabe a elas, em geral, disponibilizar tempo diário para o cuidado da casa e dos filhos/as, esse tempo acaba fazendo falta para que possam dedicar-se à preparação para assumir níveis mais elevados de qualificação profissional. Atingir esse patamar se torna menos complexo para mulheres que não procriaram ou para aquelas que já possuem filhos/as com autonomia, embora essas situações não sejam regras. Isso porque existem outras formas de submissão que mantém mulheres em posições hierárquicas inferiores, ainda que essas condições sejam teoricamente favoráveis. As mulheres possuem maior escolaridade e, no entanto, são pior remuneradas em relação aos homens. É uma questão que vem sendo denunciada há bastante tempo em diversas pesquisas diferentes. Entendo que esse dado pode refletir o fato de mulheres estarem historicamente ocupando carreiras que são pior remuneradas que as “escolhidas” pelos homens, como é o caso da docência em diversos níveis e do próprio Serviço Social. A posição desvalorizada dessas carreiras do ponto de vista salarial certamente tem a ver com o fato de se constituírem historicamente como “profissões femininas”. Desconheço que haja alguma política pública que tenha por objetivo reverter essas constatações. O racismo opera como um forte fator de reprodução da desigualdade social.

Negras são dominantes na configuração da população pobre desse país e isso as expulsa muito cedo do ambiente escolar para “ganhar a vida” em ocupações predominantemente ligadas aos cuidados domésticos e contratadas de forma precária. Nesse caso, políticas públicas eficientes poderiam ter um impacto importante em assegurar condições mais favoráveis para a manutenção desse segmento na escola e, sobretudo para promover ações de equidade no mercado de trabalho. Um exemplo de política pública que tem resultados importantes, embora insuficientes, é o das cotas raciais e sociais nas universidades públicas. Entretanto, a experiência tem mostrado que não basta garantir o acesso. É importante que existam políticas de permanência dessas pessoas na universidade. Moradia, alimentação, transporte, financiamento de material didático, entre outras necessidades.

REPRESENTATIVIDADE MILITANTE

Embora seja polêmico o que irei afirmar, entendo que participar da vida pública institucional não assegura, em si, representatividade às mulheres. Acredito que nossa representatividade precisa ter nítida a dimensão classista e, nesse sentido, aposto muito mais na representatividade de gênero que se constrói na militância junto às organizações políticas da classe trabalhadora e aos movimentos sociais. Nestes já somos muitas,



Maria Railda Alves

É presidente da Associação dos Amigos e Familiares de Presos e Presas do Estado de São Paulo (AMPARAR). Tem 52 anos, e luta desde a década de 90 contra a violação de direitos, ocorridos na antiga Febem (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor) e também em todo o sistema prisional. A AMPARAR nasce do movimento "Mães da Febem", que lutou contra os maus tratos e violações diversas contra os direitos dos internos das unidades, onde teve um filho encarcerado.

A mulher encarcerada no Brasil enfrenta todos os problemas de um sistema carcerário negligente, mas enfrenta também uma forte discriminação por ser mulher e por não estar inserida num contexto de privilégios de classe. É como pagar uma pena pelo seu gênero, pela sua cor e pela sua classe social.

Dados do Projeto "Mulheres Encarceradas" da Defensoria Pública do Estado de São Paulo,

O ENCARCERAMENTO TEM MUTILADO AS MULHERES

No processo de encarceramento, toda a família é encarcerada. Nossa luta é acolher, orientar e amparar todo o familiar, na sua grande maioria, mulheres, na defesa dos direitos de presos e presas do sistema. É um ambiente inóspito para quem entra, um lugar estranho, sem tratamento digno, que tem mutilado mães, esposas, irmãs de presos, que tem sofrido amputações físicas por meio de agressões morais e ataques perversos a auto-estima. Retiram mamas, úteros e ficam marcadas pelo resto de suas vidas. A culpa é companheira dessas mulheres, desses familiares que também terão seus direitos retirados de várias formas. Por exemplo, com a perda do emprego, quando o patrão descobre que há um filho ou filha presa no sistema; exclusões sociais, afastados do convívio de pessoas que, antes, participavam de sua convivência.

A MULHER DENTRO DO SISTEMA

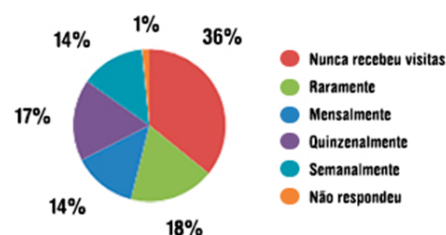
A punição é moral, interminável e destrói a auto-estima. Quando a mulher é presa grávida, ela dá à luz, amamenta seu filho e o mantém junto a seu corpo por seis meses e, depois desse período, tem seu filho retirado para ser entregue a um responsável. Se ninguém quiser ficar com ele, seu filho segue para um abrigo. Um outro exemplo: a mulher vai presa e tem filhos menores e/ou adolescentes. Sem responsável, seguem para um abrigo. Tivemos um caso de uma mãe com filhas de 12 e 15 anos. Ficaram com uma vizinha, que as entregou para um abrigo. A mãe cumpriu dois anos de pena. Teve negada a aproximação com os filhos durante todo o período.

PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL

	2014	2015	2016/1º SEM
HOMENS	578.440	641.283	665.482
MULHERES	36.495	38.685	42.355

Departamento Penitenciário Nacional (Depen)

Frequência com que recebe visitas



Quando saiu, também não a deixaram ver as filhas. As meninas fugiram para encontrar a mãe. Sem qualquer apoio do Estado, essa mãe passou a ser ameaçada com a possibilidade de a filha de 15 anos ser acusada de aliciamento da irmã, por conta da fuga. Então, é um processo de destruição de vínculos constante. Atuamos para ajudá-la a garantir seus direitos.

SOMOS INVISÍVEIS

Na conjuntura atual, não vejo a via política/legislativa como meio para alterar esse cenário sombrio. Só a organização e a união dessas famílias, fundamentalmente composta por mulheres para construir certa autonomia na gestão dos problemas. Um trabalho em Rede. O sistema político, legislativo não se interessa por essa população. Somos invisíveis para esse sistema político. São seres humanos, construídos por essa sociedade vingativa e hipócrita. Por isso nosso trabalho é nas portas das cadeias, para ajudar essas pessoas a encontrar caminhos para enfrentar os ataques diários a seus direitos.



Ana Hachich

Ana Paula Hachich de Souza, psicóloga, especialista em Psicologia Clínica e Psicologia Jurídica, trabalhadora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na comarca de São Vicente. Experiência no atendimento a famílias incestuosas e no atendimento a famílias de crianças e adolescentes desaparecidos. Coordenadora do Núcleo da Psicologia na interface com a Justiça do CRP-SP, com participação anterior em Comissão Gestora, Comissão de Ética, Comissão de Orientação e Fiscalização e Núcleo da Criança e do Adolescente.

É impossível dissociar, na sociedade em que vivemos, capitalismo e questões de gênero e raça. A opressão é anterior à ascensão do capitalismo, mas ganha força com a exploração do sistema. Vemos uma onda feminista crescente em diversos lugares do globo, mas é fundamental que esses movimentos atinjam e incorporem todas as mulheres. Conforme apontado no livro “Feminismo para os 99%: um manifesto”, de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, corre-se o risco de construir um feminismo liberal, que se destina apenas a mulheres brancas de classes socioeconômicas privilegiadas. Frequentemente ouvimos falar que as mulheres precisam galgar postos mais altos nos locais de trabalho ou mesmo garantir sua entrada no mercado de trabalho, buscando a igualdade salarial.

AS MULHERES CUIDAM E MANTÊM A FORÇA DE TRABALHO NO MUNDO

Em uma análise acurada, com base no conceito de divisão sexual do trabalho, observamos que o capitalismo necessita que as mulheres exerçam as funções definidas para elas de reprodução e da manutenção das famílias. São as mulheres que se ocupam, então, do cuidado e da manutenção da força de trabalho de forma não assalariada e nem mesmo valorizada socialmente, havendo um agravamento nos períodos de crise econômica, quando direitos sociais, como acesso a creches e atividades em contra turno escolar, são cortados, demandando única e exclusivamente a dedicação feminina, calcado na naturalização das desigualdades de gênero. Assim, quando o feminismo luta apenas pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, ou mesmo pela igualdade social, ignora-se o trabalho de reprodução, o que acaba por sobrecarregar ainda mais as mulheres, em vez de exigir que tanto o trabalho de produção quanto o de reprodução sejam compartilhados.

A organização dessas relações não se dá de forma aleatória ou desconexa, é perpassada por constructos sociais que possibilitam a contínua exploração das trabalhadoras e o acúmulo de capital. São formas sociais necessárias ao capitalismo. Do mesmo modo, acontece com as questões raciais, que determinam estruturalmente os papéis sociais. A construção de grupos sociais considerados como diferentes justifica uma maior exploração da força de trabalho, além de figurarem como excedente social.

Assim, serve o racismo para preservar o poder de determinados grupos econômicos, sendo um instrumento de conquista e dominação. Sua funcionalidade consiste em regulamentar as relações entre dominados e dominantes, inculcar um sentimento permanente de derrota no segmento subalternizado. Os discursos e as formas sociais em meio aos quais somos formadas vão nos constituindo e nos atingindo cotidianamente, progressivamente agravados pelas questões identitárias: mulher branca rica heterossexual, mulher branca pobre homossexual, mulher negra rica homossexual e mulher negra pobre heterossexual. É fundamental a luta pelos direitos das mulheres e da população negra, mas torna-se visível que restringir os problemas a questões de gênero e raça mascara os determinantes econômicos que estão em sua base, visto que as diferenças, obstáculos e violências se dão de forma distinta em cada classe social. A desigualdade atinge de forma mais cruel as mulheres negras da classe trabalhadora.

A presença de mais mulheres na política, nos espaços de poder, pode atenuar algumas das desigualdades, mas é no trabalho de base, na união, no acesso ao conhecimento, que se dará a mudança necessária na estrutura que institui a exploração e a opressão. Ou seja, não se pode pensar o feminismo como um movimento que não lute contra o machismo, o racismo, a homofobia, a transfobia, mas, ao fim, principalmente, não se sustenta um feminismo que não seja anticapitalista.



Débora Maria da Silva

É fundadora e Coordenadora Geral do Movimento Mães de Maio, nascido na Baixada Santista depois da morte de seu filho, em maio de 2006, e de mais 600 pessoas no Estado de São Paulo, no que ficou conhecido como "Crimes de Maio". Entidade reconhecida mundialmente já recebeu vários prêmios pela luta contra a violência do Estado, dentre eles, o prêmio "Dandara dos Palmares", em 2016, pelo Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CMPDCN) e pela Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial e Étnica (Copire) da Prefeitura de Santos, e, em 2013, foi homenageada com o Prêmio Direitos Humanos, na categoria "Enfrentamento à violência". Mães de Maio recebeu ainda o Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos 2011, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

NOSSA FORÇA, PELO DIREITO À VIDA, É DE ÚTERO

Quando meu filho foi assassinado, adoeci. Fiquei 40 dias internada, com depressão. Até que me levantei e, para sobreviver, resolvi lutar pela verdade sobre sua morte. Busquei outras mães que perderam seus filhos em retaliação do Estado pelos crimes cometidos pelo PCC, entre 12 e 19 de maio de 2006. Meu filho morreu com a carteira de trabalho no bolso. Não era bandido e foi vítima do abuso de autoridade do Estado. Ednalva Santos, Vera Freitas e Vera Gonzaga começaram comigo. E, nessa jornada, tivemos contato com tantas outras violências. Nossa união, a união das mulheres, fez brotar núcleos do Mães de Maio pelo Brasil afora e também na América Latina, como na Bolívia e Colômbia.

SER MULHER LEGÍTIMA A LUTA

Nossa batalha é por direitos negados, e só evoluímos, tendo como base nossa rede de proteção materna, de amor infinito, de força. Nossa saudade, dobra o amor pela justiça social. Nossa luta tem efeito colateral, mexe com toda a sociedade, porque é a mulher que pari a nação. Nossa força vem do útero.

Entendendo que, apesar de tudo, no campo político, estamos avançando muito. Estamos determinadas a ocupar todos os espaços. Estive recentemente em Brasília, numa atuação contra o pacote de maldades do ministro da Justiça, Sergio Moro. E foi com alegria e entusiasmo que lá tivemos a marcha das mulheres negras, vimos jovens, envolvidas nos movimentos. As meninas avançando para garantir seus direitos. Tivemos o convívio com Marielle Franco, teremos a semana estadual das mulheres em luta, uma luta pelos invisíveis. Estamos no comando para decidir nossas vidas, não tem volta. A luta é por transformação. Não fizemos ainda a transição do regime político a ponto de alcançar a justiça social. Em setembro, vamos sediar um encontro mundial, da Rede Global de Mães e Familiares contra o encarceramento e extermínio dos jovens no mundo. O primeiro foi em Chicago. O segundo, em Cali, na Colômbia, e o terceiro será em São Paulo, no Brasil, onde convivemos com a mesma realidade de extermínio. Eu tinha muito medo de perder o meu filho. Já o perdi. Agora não tenho medo de mais nada. A luta é por todos e para todos.

Pesquisas estimam que, no período de 12 a 21 de maio de 2006, com base nos boletins de ocorrência e laudos periciais de mortes causadas por armas de fogo, temos um universo de 564 mortos e 110 feridos. As vítimas de homicídio, identificadas como civis, correspondendo a 505 mortes - e agentes públicos - correspondendo a 59 mortes. A cada morte de 1 (um) agente público, ocorreram 8,6 mortes de civis.

Fonte: Comissão Especial do CDDPH criada pela Resolução n.16/20121

EXPEDIENTE

Diretoria: Presidente - Maricler Real; Vice-presidente - Cristiane Calvo; Primeiro secretário - Adeildo Vila Nova; Segunda secretária - Fernanda Tonus; Primeira tesoureira - Susana de Souza Moraes Borges; Segunda tesoureira - Célia Laura Camillo Muchatte Trento. **Conselho Fiscal:** Jéssica de Moura Peixoto, Claudia Anaf, Miriam Vega da Silva. **Suplentes do Conselho Fiscal:** Alana Beatriz Ferreira, Rodrigo Gonzales de Oliveira. **Conselho editorial:** Adeildo Vila Nova, Selma Nunes. **Redação, edição e diagramação:** Selma Nunes Comunicação Ltda-ME Jornalista responsável: Selma Nunes (Mtb 13.585/SP). **Endereço:** Rua Barão de Itapetininga, 125 - cj 21 - Centro - São Paulo CEP: 01042-001 - Tel: (11) 3256-5011 - Site: www.aasptj.org.br. **Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do responsável pelo boletim ou da Diretoria.**